



AgEcon SEARCH
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library

This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.

Help ensure our sustainability.

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

aesearch@umn.edu

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*

No endorsement of AgEcon Search or its fundraising activities by the author(s) of the following work or their employer(s) is intended or implied.



SOBER

XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,
Administração e Sociologia Rural



A AGRICULTURA FAMILIAR E A CONSTRUÇÃO DA
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: A
MULTIFUNCIONALIDADE COMO FATOR DE RESISTÊNCIA À
INSEGURANÇA ALIMENTAR

NEWTON NARCISO GOMES JUNIOR; FLÁVIO BORGES
BOTELHO FILHO;

FAV/UNB

BRASILIA - DF - BRASIL

newtonngomes@uol.com.br

APRESENTAÇÃO ORAL

Agricultura Familiar e Ruralidade

Rio Branco – Acre, 20 a 23 de julho de 2008
Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural

A Agricultura Familiar e a construção da Segurança Alimentar e Nutricional: a multifuncionalidade como fator de resistência à insegurança alimentar

Resumo

A discussão aqui apresentada, parte da noção de multifuncionalidade na agricultura familiar e argumenta sobre sua relevância na construção de mecanismos de resistência aos processos de fragmentação de práticas e hábitos alimentares em curso na atualidade e que comprometem a segurança alimentar e nutricional na sociedade

Palavras chave: multifuncionalidade, segurança alimentar e nutricional, insegurança alimentar, agricultura familiar

Abstract

In this paper are discussed, from the sphere of multifunctionality of the farm family, the importance of its aspects in the construction of a resistance against the practices and food habits fragmentation that can result in a food insecurity.

Key-Words: Food and Nutritional Safety, Food Insecurity, Farm family, Multifunctionality.

I Introdução: Segurança Alimentar e Nutricional e Agricultura Familiar: a escolha de um significado para cada conceito

Existem determinados temas que pela sua importância resistem na agenda de discussões acadêmicas e políticas, independente das orientações e tendências de ocasião. Dentre tantos encontramos as temáticas da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional, tratadas, é verdade, sob os mais distintos aspectos, colecionando tantos defensores quanto críticos.

Ambas as categorias exibem um alto grau de ambigüidade, certamente, conseqüência das dimensões e abrangências que as definições de cada uma delas alcançam. A polissemia que por um lado fortalece a idéia tornando-a mais complexa pela via da interação entre saberes e conteúdos de distintas áreas do pensamento, por outro, ao dar conta simultaneamente de tantos aspectos, retira do conceito poder explicativo, enfraquecendo-o.

Em razão dessa característica, estudiosos e pesquisadores, quando confrontados com conceitos dessa natureza adotam procedimentos que contornam o problema da abrangência sem sacrificar a complexidade. Um dos caminhos adotados, e que será empregado nessa reflexão, é a partir dos conteúdos abrigados sob o conceito, escolher um significado que melhor de conta do cenário onde será empregado.

Assim, iniciamos ainda nessa introdução, com a busca de significados para a idéia de segurança alimentar e nutricional e em seguida nos dedicaremos pelo mesmo caminho, á agricultura familiar.

De acordo com Valente (2002) e outros, reitera-se que o debate em torno da alimentação não pode ficar restrito aos elementos que a circunscrevam à dimensão nutricional. Isso seria simplificar a noção de vida e de pensá-la nos marcos da sobrevivência biológica, enfraquecendo o conteúdo de humanidade que a mesma encerra, visto que o centro da questão é a existência do homem em sociedade.

Em outros termos, a alimentação adequada, deve ser compreendida com integrante de um conjunto de requerimentos necessários à satisfação do que Gough(1998) definiu como necessidades humanas básicas, ou seja, um arranjo de requisitos imprescindíveis para a garantia de saúde plena e capacidade de agência com autonomia crítica para todos os indivíduos, sinônimo da fruição do direito à vida ou, como se refere Sen(2003) para que se possa viver uma vida com sentido. Logo, a sobrevivência que num primeiro impulso, pela forte carga emocional que o vocábulo carrega é identificada com a idéia de mera satisfação biológica, ganha um novo e mais complexo significado, visto que:

O ser humano, ao longo de sua evolução, desenvolveu uma intrincada relação com o processo alimentar, transformando-o em um rico ritual de criatividade, de partilha, de carinho, de amor, de solidariedade e de comunhão entre os seres humanos e com a própria natureza, permeado pelas características culturais de cada agrupamento humano. (VALENTE, 2002, p. 38).

Daí que a promoção da condição de Segurança Alimentar e Nutricional para todos, compreendida como a garantia de que por meio de políticas públicas adequadas, o Direito Humano à Alimentação (DHA) esteja efetivamente assegurado, como salienta Valente (2002), é, antes de tudo, um dever do Estado e da sociedade

Destarte, a condição de Segurança Alimentar e Nutricional que decorreria da realização desse direito que é indissociável dos demais direitos sociais sob a ótica da satisfação das necessidades humanas, estaria longe de se esgotar na garantia de que cada cidadão tivesse assegurado, para si, uma ingestão de alimentos capazes de suprir adequadamente seus requerimentos nutricionais. A obrigação rigorosa do Estado e da sociedade com a condição de SAN, insere-se no campo das responsabilidades quanto às garantias requeridas para que cada indivíduo possa viver sua vida com sentido.

Nesse contexto o significado de segurança alimentar e nutricional com qual trabalharemos aqui, advém da noção de insegurança alimentar identificada como a existência de qualquer falha que possa comprometer em qualquer medida a idéia de plena fruição do direito humano à alimentação. Ou seja, a noção de (in)segurança alimentar e nutricional irrompe do contexto da pobreza e fome onde, por simplificação foi aprisionada. Ela se assenta nos espaços dos requerimentos primordiais para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, onde, qualquer falha significa risco iminente à vida.

Tratemos a seguir da definição de agricultura familiar iniciando pela primeira aproximação de natureza geral empreendida por Lamarche(1993), segundo a qual em qualquer país onde as trocas são organizadas por intermédio do mercado, a produção

agrícola em alguma medida é sempre garantida pela exploração de natureza familiar, ou seja, aquela onde meios de produção e trabalho têm relações diretas com a família.

Referindo-se ao Pronaf, programa do governo brasileiro iniciado nos anos 1990 e voltado para o fortalecimento da agricultura familiar, Carneiro e Maluf(2005) advertem que a iniciativa, quando de seu lançamento mantinha uma visão centrada naquele agricultor viável sob o ponto de vista do mercado, ou seja, aquelas unidades cuja produção era predominantemente de natureza mercantil. Sob esse enfoque inicial do Pronaf, o significado que predominaria na definição de agricultura familiar estreitaria a abrangência a aqueles produtores integrados ao mercado, ao passo que outros agricultores que, por limitações das mais diversas não integrassem esse contexto, para serem definidos como exploradores familiares exigiriam de quem analisasse a situação, acréscimos generosos de variáveis explicativas que dessem conta, por exemplo, da situação de pobreza em que poderiam se encontrar e das impossibilidades de reverterem a condição em razão da natureza de suas explorações.

Ao refletir sobre distintos aspectos relacionados com a agricultura familiar, Schneider,(2005) debruça-se sobre a noção de pluriatividade compreendida como a combinação perene de atividades agrícolas e não-agrícolas assumidas numa mesma unidade familiar e associada aos mecanismos de reprodução do grupo social, ou, ainda, podendo se tratar de uma estratégia individual de integrantes do arranjo familiar. Em qualquer uma das duas situações, destaca o autor, a decisão acarreta necessariamente efeitos sobre o grupo social e sobre a produção, a depender da condição ocupada pelo indivíduo que “migrou” para outra situação.

A noção de multifuncionalidade, presente em reflexões de Laurent(2000), Carneiro e Maluf(2003), Sabourin e Marcel(2003) dentre outros, ainda que, tal como ocorre com a idéia de pluriatividade, carregue consigo níveis de ambigüidade comuns

aos conceitos em construção, introduz no debate em torno do desenvolvimento agrícola novas dimensões na medida em que desborda as construções centradas na produção agrícola do sítio familiar acrescentando a produção de bens materiais e imateriais nessas unidades, oferecidos para toda a sociedade para além do alimento/mercadoria.

Em Sabourin(2006) por exemplo, o olhar sobre os dispositivos coletivos dos agricultores do nordeste destaca arranjos para o manejo coletivo de água, sementes, florestas, pastagens, bem como, a produção de bens públicos como educação, inovação, mecanismos de acesso coletivo a mercados específicos entre outros.

Já Galvão(2005), estudando as redes de comercialização solidária no Distrito Federal a partir dos produtos da agricultura familiar nordestina, põe em destaque a “importação” de alimentos *in natura* e processados pelo que a pesquisadora e seus colaboradores denominaram o “nordeste do sul”, ou seja, todas as regiões e cidades fora da região nordeste para onde migram milhões de pessoas em busca de melhores oportunidades.

Tanto em Sabourin(2006) quanto em Galvão(2005), o relato das experiências, seja de uso e produção coletiva, seja de consumo alimentar sustentado em práticas e hábitos de alimentação tradicionais das populações, reforçam a percepção desses mesmos autores e outros aqui já citados em reflexões teóricas e exploratórias, de que a noção de agricultura familiar comporta significados bem mais ricos. Esses significados seriam mais próximos da realidade pensada, na medida em que apresentam à discussão, um arranjo que associa à produção agrícola, conteúdos de tradição, hábitos e práticas sociais que se conservam com vigor mesmo quando os atores têm suas relações com o sítio de nascença estioladas pela migração, ou divididas pela pluriatividade.

Com base nessas ponderações é que o significado de agricultura familiar com que trabalharemos nessa reflexão apresenta-se como um tipo de arranjo de produção e

de práticas sociais, produtor de bens materiais e imateriais para a sociedade e com relevância histórica para sustentar a preservação de costumes e hábitos alimentares, dentre outros, que poderá contribuir de modo decisivo para a construção da condição de segurança alimentar e nutricional na sociedade.

II. Dimensões da Insegurança Alimentar

De acordo com Ferrara (1996) o imaginário se constrói referenciado exatamente naquilo que cria a identidade entre a sociedade e o lugar. Não o lugar genérico, mas, o particular, a nação, a família, a casa, etc. Alimenta-se de símbolos que, retirados do contexto no qual se referenciam, passam a significar mais, que ascendem a uma condição quase mitológica do herói e suas lutas, por exemplo: para construir a nação independente, a família que transfere uma solidariedade e comunidade para e entre os seus.

A consubstanciação do imaginário social, portanto, ocorre na contraposição daquilo que é diferente, particular em relação ao geral, ao igual, afastando definitivamente a imagem da fragmentação, econômica, política e social (FERRARA, 1996), mas preservando essa mesma fragmentação quando tomada em relação ao resto do mundo. A nação, a família, a casa (lar) são únicos quando comparados com os mesmos signos no restante do mundo, no seio da sociedade, ao mesmo tempo em que são coletivos a partir do reconhecimento das identidades expressas na nacionalidade, na cultura e tradição, nos seus heróis, etc.(Gomes Junior,2007)

Contudo, sob o olhar do neoliberalismo, cuja hegemonia se consolida a partir das imposições de condutas a serem adotadas pelos países periféricos a partir dos interesses dos países centrais, a idéia de globalização deixa de vez a imagem de um só

povo, uma só nação que, como utopia, inspirou a criação e o reconhecimento de direitos e fortaleceu o coletivo, substituindo por uma nova gramática política, em que o mercado e as corporações que as controlam erradicariam a idéia de nações, de fronteiras, enfim, de tudo que pudesse significar limitações ao movimento do capital.

O público é invadido e capturado pelo privado, pois o mundo do mercado é regido pela idéia de mérito, decorrente da iniciativa, da agência individual, e em que desigualdades são positivas por emularem à sua superação. A contingência de permanecer fora ou de ser posto para fora desse mundo só se explicaria na falta de disposição, de engenho, resultante de falha no caráter do indivíduo, de acordo com o entendimento de Hayek e seus pares.

As relações de subordinação associadas à hegemonia da nova ordem mundial, para que sejam efetivas, empreendem movimentos aparentemente antagônicos. Ao mesmo tempo em que unificam, estilhaçando fronteiras e restrições, homogeneizando espaços e indivíduos na busca de tornar a tudo e a todos idênticos, por outro lado, fragmentam esses mesmos espaços e indivíduos, como mecanismo indispensável à “dominação-subordinação” (Carlos, 1996) que requer, para se realizar, uma condição de não identidade ou de estranhamento dentre espaços e indivíduos.

Em relação ao espaço, a autora destaca que a fragmentação, a partir da sua condição mundializada, ocorre na apropriação para o trabalho, convivência, consumo, etc. Sob o domínio do mercado, esse espaço se converte em mercadoria a ser apropriada na forma de solo urbano por agentes privados. No “mundo-mercadoria”, acabam se estilhaçando lugares, práticas, memórias no movimento de ocupação privada por parte de distintos segmentos da sociedade, num ritmo de atração e expulsão que transforma espaços, indivíduos e percepções, substituindo identidade por fugacidade, produzindo uma condição de estranhamento, em que o homem e espaço não se

reconhecem um no outro na medida em que se entendem apartados na produção daquele espaço, tornando impossível qualquer referência:

O que deve ser mantido perde-se agora para sempre, o moderno impõe o efêmero. Mas se pensarmos que a memória é uma atividade (aquela da apropriação da natureza pela espécie humana), o que Rouanet chamou de amnésia, pode ser entendido como *ausência de memória*, não como perda total, mas como produto do poder da abstração, onde o cidadão aparece preso ao universo da necessidade¹, num cotidiano repetitivo, submetido à banalização do sentido humano. Não é à toa que a modernidade põe fim a *flanerie*, pois as transformações no processo de reprodução colocam-nos diante de uma nova noção de tempo, imposto pela ciência e pela técnica. O ritmo acelera-se, explode para criar infinita e ininterruptamente, novas formas (CARLOS, 1996, p. 196).

Esse movimento alimenta uma nova gramática identificada como “necessidades mutantes”, uma categoria cuja definição só pode ser obtida no contexto do mercado, posto que aí a supremacia do mérito individual e dos expedientes que o acompanham, desejos e aspirações assomam à posição de necessidades num imaginário social que busca a identidade, não mais na promoção da igualdade dos direitos ao que é primordial ao desenvolvimento humano e sim a uma igualdade, forma e comportamento que a tudo e a todos se iguala pela pasteurização das diferenças.

O movimento que pasteuriza valores, diferenças e necessidades, homogeneizando-os como que num único e exclusivo conjunto de desejos, expectativas e determinações, idêntico para todos os indivíduos, evoca uma idéia da física da dobra espacial em que tempo e espaço, ganham um novo sentido. No caso aqui, seria uma “dobra social” a relativizar diferenças, valores e tudo o que numa sociedade de classes sustenta sua hierarquia interna, por meio da manipulação do imaginário social fragmentado pela velocidade das transformações em um mundo onde o efêmero e fugaz ganham significados que remetem à condição de perenidade – no sentido de movimento

¹ Necessidade, nesse contexto, adquire o significado do que externamente é posto como requerimento pelo mercado, para que o indivíduo se realize a partir da sua condição de idêntico aos demais; ou seja, a necessidade nesse contexto tem o significado de desejo.

permanente em direção aos requerimentos que satisfarão individualmente as suas aspirações e desejos..

Contudo, sob o império do mercado e das condicionantes que envolvem a construção de sua supremacia em relação a quaisquer outras estruturas da sociedade, os conteúdos e significados do vocábulo urgente vêm-se alterados; passando a valer e significar mais sob o impacto da velocidade com que as transformações ali gestadas, determinam “novas necessidades”, submetendo a realização da cidadania à condição de consumidor que o indivíduo possa exhibir, o que pode sugerir uma “mercadorização de direitos” e uma hierarquização dessa mesma cidadania.

De acordo com Giddens (2002), a idéia do fetiche da mercadoria exposta por Marx no século XIX segue sendo tão instigante quanto o foi à época de sua apresentação. A criação do valor de troca, que se realiza no instante que o valor de uso deixa de ter importância para a consecução, seja da produção, seja da venda das mercadorias, permitindo “o desencaixe das relações econômicas através do tempo e espaço” (GIDDENS, 2002, p. 182).

Vê-se, assim que – mesmo para esse importante filósofo inglês, grosso modo uma combinação dos direitos de primeira geração, aqueles vinculados à noção de liberdades individuais (PISÓN, 1998), retomados e prioritários, mediados por um Estado social abrandado nas suas funções – os efeitos provocados pela hegemonia do mercado por sobre tudo e todos encerra riscos importantes à consecução daqueles direitos sociais, na medida em que ao enredar-se na vida privada, como bem lembra Ferrara (1996), tornando o cotidiano igual (o mesmo imaginário para todos), estilhaçando a individualidade ao mesmo tempo em que isola os indivíduos.

Investigando os efeitos da nova métrica do capitalismo globalizado e seus efeitos sobre o trabalho e a vida dos trabalhadores, Sennet (2004) destaca que a ordem

imperativa é “a reinvenção do eu” a cada instante, determinada por um código de (anti)ética em que lealdade, confiança, comprometimento, integridade e ajuda mútua, decididamente não vigoram. A exacerbação do individualismo que isola as pessoas tem um outro lado não menos aterrorizante expressado por Bauman na seguinte passagem:

As necessidades individuais de autonomia pessoal, autodefinição, vida autêntica ou perfeição pessoal são todas traduzidas na necessidade de possuir e consumir bens oferecidos no mercado. Essa tradução, no entanto, faz parte da aparência do valor de uso de tais bens, e não do próprio valor de uso; como tal, é intrinsecamente inadequada e em última análise conduz à autoderrota, levando ao alívio momentâneo dos desejos e à frustração duradoura das necessidades (BAUMAN *apud* GIDDENS, 2002, p. 183).

A imagem do “conformismo autoritário” construída por Fromm, em *The Fear of Freedom* (2001), segundo a qual se opera sob a modernidade, a partir de determinados padrões culturais e comportamentais difundidos como condicionantes de inclusão, um processo de mimetismo da personalidade – que torna no pensar, no agir e no reconhecer, todos os indivíduos idênticos –, retrata com precisão a grande importância que um “novo significado para necessidades” ou, como se refere Gough(1998), necessidades do capital, e os caminhos para sua satisfação, adquiriram com a globalização, sob a inspiração do mercado.

No estudo sobre necessidades humanas e os contenciosos que envolvem seus significados e conteúdos, para Pereira (2000), reportando-se a Len Doyal e Ian Gogh, autores da obra *A theory of human need*, em que a partir de diálogos com inúmeras concepções convencionais envolvidas com os significados dessas necessidades tratam de estabelecer com rigor a diferenciação entre o que são necessidades e o que se desenvolve no campo das vontades, dos desejos, “do querer para ser”, destaca:

A chave da distinção entre necessidades básicas e as demais categorias mencionadas repousa num dado fundamental que confere às necessidades básicas (e somente a elas) uma implicação particular: a ocorrência de “*sérios prejuízos*” à vida material dos homens e à atuação destes como *sujeitos* (informados e críticos), caso essas necessidades não sejam adequadamente satisfeitas (PEREIRA, 2000, p.67)

Sob essa interpretação, a satisfação dos requerimentos que impeçam a ocorrência de “sérios prejuízos” é uma exigência tanto perene quanto universal, no sentido de que acima das diferenças entre os seres humanos, para além dos padrões culturais, sociais, eles são os mesmos para todas as pessoas, e o fato objetivo de essas necessidades serem atendidas não faz com que potencialmente deixem de existir. Ao contrário, seguem inalteradas na sua natureza e presença, simbolizando sua essencialidade no desenvolvimento da pessoa humana.

A imagem que acompanha essa idéia é bastante diferente daquela associada ao comentário de Bauman e Sennet, citados anteriormente. Nada há aqui que remeta a frustrações, autoderrota; o risco de não se ter as necessidades atendidas equivale ao comprometimento da existência do indivíduo numa interpretação muito mais complexa do que o esgotamento da vida. O campo dos desejos, das frustrações, das ansiedades, enfim, de tudo que provém do espírito humano tem origem no imaginário construído a partir de observações do que ocorre no mundo, no espaço onde as relações sociais se desenvolvem sob o signo, na hegemonia neoliberal, do mercado.

No mundo globalizado essas sensações experimentam uma nova dimensão. O imaginário social globalizado substitui os signos de identidade, trocando-os por uma idéia difusa de pertencimento a partir de uma mesma igualdade a ser vivida por todos, em todos os lugares, espaços, que não leva em conta os efeitos das realidades sociais, econômicas, políticas, tratando-os como se estivessem escritos ou encenados num universo paralelo que, na medida em que não é traduzido no plano do mercado, não tem importância. A realização do indivíduo como cidadão pleno de direitos, autônomo, livre, funde-se à condição prévia de consumidor de mercadorias. Sua identidade é com imagens e símbolos que remetem às idéias de sucesso, êxito, poder; portanto, não se

esgota no possuir a condição do pertencimento, é preciso ser reconhecido como possuidor, para ser igual.

Esse intrincado mosaico de formas e símbolos encaixados se apresenta em permanente condição de instabilidade. Suas peças se moldam e se deformam conforme as exigências do capital e seus efeitos no funcionamento do mercado. O ritmo célere das transformações do processo produtivo e dos arranjos, voltados a driblar a tendência histórica do lucro declinante pela via da desregulamentação absoluta da produção e homogeneização de padrões, hábitos e práticas de consumo, tende a promover à condição de necessidades aquilo que é próprio do campo os desejos.

Nas suas pesquisas sobre o comércio e sua relação com a fome, Madeley (2003) destaca que não é aceitável tomar o alimento somente como uma mercadoria, especialmente por conta de outras dimensões a ele associadas, que o eleva para um patamar de bem social, cuja privação acarreta sérios comprometimentos às necessidades humanas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, George (1978) destaca que os alimentos passaram a ser uma fonte de lucros e uma poderosa arma de controle político e econômico de umas poucas nações sobre o restante do mundo e, particularmente, sobre a banda mais pobre composta pelos países de capitalismo periférico. A autora alerta, em tom indignado, que a agricultura praticada pelo bloco dos ricos, principalmente pelos EUA, é uma combinação potencialmente danosa na medida que combina tecnologias sofisticadas com desperdícios e comprometimento ambiental, tudo com o intuito de transformar o produto dessas inversões em mercadorias que por acaso são comestíveis.

Nas distintas reflexões de Maluf envolvendo a segurança alimentar, a questão da insegurança alimentar o leva a percorrer complexas relações, envolvendo: soberania alimentar e os tratados de comércio internacional; relações estas entre privações de

renda e condições de acesso a alimentos, ação do Estado na implementação de políticas públicas, quer sejam estas relacionadas ao abastecimento alimentar, quer remetam à educação, à saúde, ao meio ambiente, à pesquisa e à difusão de tecnologia e aos riscos à promoção da SAN; o Direito Humano à Alimentação e as implicações do seu comprometimento na construção da cidadania.

O estado de insegurança alimentar sob esse enfoque, amplia os significados da idéia de garantia regular, permanente e segura, de acesso aos alimentos nas quantidades e com a qualidade requerida para contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa humana, preconizada para a superação daquela situação. O acesso, ou seu impedimento, não pode ser tomado mais como um problema entre oferta e demanda mediado exclusivamente pela disponibilidade de renda. As novas dimensões que percorrem: da produção ao desenvolvimento e difusão de tecnologias, das políticas agrícolas e pactos e tratados comerciais ao estratégico controle e posse do patrimônio genético de cada nação; da distribuição de renda às políticas de preservação da cultura e tradições dos povos de cada país; da garantia da saúde e educação às preocupações ambientais com vistas às gerações futuras, e muito mais, evidenciam que a dimensão da questão alimentar só existe plenamente se compreendida no campo das necessidades humanas.

Na mesma direção, os estudos de Pessanha(1998) voltados para uma precisão mais acurada da noção de segurança alimentar e nutricional, levaram-na, primeiramente, a identificar os fatores geradores de insegurança alimentar (IA) e, em seguida, a conhecer os conteúdos ancorados no significado de cada um deles. Para ela, os fatores associados à condição de I.A seriam: a ocorrência de insuficiência na produção e demais mecanismos de ingresso, que comprometessem a garantia de uma oferta de alimentos compatível com a demanda agregada da sociedade por esses produtos; os problemas relacionados a restrições de acesso aos alimentos gerando fortes assimetrias – seja em

decorrência da insuficiência de renda disponível e nas mãos de maiorias da população, seja por estrangulamentos nos canais de circulação, que refletindo sobre os preços e a oferta, reforçariam aquelas desigualdades; comprometimento das características nutricionais dos alimentos associado à insalubridade derivada do uso indevido de venenos e outros agentes químicos, representando sérios danos à saúde das pessoas – e, por fim, o comprometimento ou impedimento de acesso sobre a base genética do sistema agroalimentar (PESSANHA, 1998).

Uma formulação similar é a que se encontra nas reflexões de Madeley, para quem a condição de IA decorre de razões das ordens mais diversas, unificadas pelo fio da pobreza que compromete a capacidade dos indivíduos de produzir ou comprar seus alimentos.

Antes de identificar os fatores geradores de insegurança alimentar, ele destaca a importância da noção de soberania alimentar nas questões relacionadas com a idéia de segurança alimentar e sua associação à noção de primazia do mercado, defendida por muitos como exemplo de um melhor arranjo para a reversão de quadros de vulnerabilidade:

A ‘soberania alimentar’ é outro conceito que passou a fazer parte do debate sobre alimentação. Trata-se de uma idéia que vai um pouco além da segurança alimentar e poderia ser definida aproximadamente como o direito de países e comunidades determinarem a produção, a distribuição e o consumo de alimentos de acordo com suas preferências e tradições culturais. O conceito de soberania alimentar dá menos importância ao comércio. (MADELEY, 2003, p. 49).

Para Madeley, são fatores que comprometem a SAN: solos pobres, desertificação, desamparo às agricultoras (gênero); desastres naturais ou provocados por manejos não amistosos com o meio ambiente (mudanças climáticas, conflitos pelo uso da água, esgotamento do solo e das reservas pesqueiras); contingenciamento de recursos orçamentários para a agricultura, (especialmente para a que produz alimentos em troca de maior apoio à agricultura de exportação e para as atividades urbanas da indústria,

comércio e serviços); forte perfil de endividamento externo e interno; manutenção de estruturas agrárias concentradoras de terras, seja na função de reserva de valor, seja para uma agricultura de exportação; fragilização dos sistemas de educação e saúde, entre outros (MADELEY, 2003).

A essa altura, sobre essa reflexão, duas situações podem ser identificadas. Uma primeira, já suficientemente debatida, relaciona insegurança alimentar e pobreza com o comprometimento concomitante de outras capacidades, o que retira a centralidade do papel da renda, sem, contudo, negar-lhe a condição de variável relevante na promoção da cidadania, e reafirma a noção da alimentação como requerimento básico na satisfação adequada das necessidades humanas primordiais, pedra angular da noção de cidadania. Já a outra situação não se apresenta tão facilmente identificada. Ao contrário, ela exige um esforço de abstração para que seus contornos se tornem claros.

O movimento inicial está relacionado com a noção de insegurança alimentar. Compreendê-la como a expressão do conjunto de fatores que impedem ou restringem o acesso das pessoas aos alimentos, seja por insuficiência da oferta, do estrangulamento dos canais de circulação, seja por insuficiência de renda das camadas mais pobres da população, não satisfaz.

No cotidiano, muitos são informados, com frequência, sobre a evolução dos distúrbios alimentares provocados pela ingestão inadequada e exagerada de alimentos; o surgimento e a explosão de problemas de saúde relacionados direta e indiretamente por esse consumo; as incertezas quanto ao futuro diante da depredação ambiental em nome de novos espaços de produção para atender a uma demanda, não mais explosiva, mas cada vez mais complexa nas suas relações com o alimento, a refeição e às exigências do trabalho, da vida. A noção de segurança alimentar em contraposição a de insegurança já não se esgota nos problemas que emergem da pobreza, todos representados pelas

restrições de acesso em virtude das limitações de renda. Mais abrangente é a idéia da SAN para o âmbito dos direitos sociais, econômicos e culturais, dotando-a de uma dimensão ampla que abriga questões que tanto influem na qualidade e quantidade de alimentos, quanto na garantia de continuação da existência adequada das condições para que a humanidade e o mundo que a contem, não desapareçam.

Assim, a noção de insegurança alimentar que irrompe desse debate pouco lembra a idéia simplificadora que lhe atribui dimensões restritas ao cenário dominado pelas situações de pobreza que resulte em acesso insuficiente aos alimentos, ou, numa situação mais extrema, impedimento total desse acesso.

A dimensão da noção de insegurança alimentar, no contexto da satisfação das necessidades humanas básicas, ganha uma nova tessitura, onde, às assimetrias entre renda e preços dos alimentos somam-se fragmentações e subversões de práticas e hábitos alimentares tradicionais em nome de um novo padrão “*standard*” de dieta associado à modernidade da vida, a irrupção de novas doenças e agravos de saúde relacionados à inadequação dos alimentos consumidos, sacrifícios à soberania alimentar das nações pela via da subordinação econômica dos Estados pobres e subdesenvolvidos às nações centrais do capitalismo, entre tantos outros componentes.

III. Considerações Finais : multifuncionalidade da agricultura familiar como fator de resistência à insegurança alimentar

A reflexão aqui apresentada se deu em torno da exploração da possibilidade de resistência que identificamos na natureza multifuncional da agricultura familiar, aos riscos de avanços da condição de insegurança alimentar no Brasil para além do contexto de fome e miséria que, atualmente, experimenta um lento recuo.

A idéia, sustentada pelas percepções autores como Sabourin, Carneiro e Maluf e Galvão, entre outros citados aqui, é que localiza-se no contexto da agricultura familiar, talvez, um dos últimos arranjos sociais onde a noção de alimentação saudável mantenha suas raízes firmemente plantadas em manejos e explorações amigáveis ao meio ambiente, cercadas pelas tradições de que comer é mais do nutrir-se, é um ato de se alimentar também das relações sociais entre amigos e familiares, é compartilhar experiências, gostos e cheiros que acompanham a história das pessoas desde seus primeiros contatos com a realidade.

Nosso entendimento é de que, não obstante reconhecermos a importância dos instrumentos de políticas públicas voltadas para o fortalecimento econômico da A F, esses ainda mantêm-se concentrados em formas que resultem na melhoria da renda das famílias a partir de sua participação nos distintos circuitos de mercado. Isso determinaria uma perda de conteúdos associados aos aspectos que desbordam a produção e se estendem para o consumo, envolvendo o preparo dos alimentos, sua conservação, o uso de ervas e frutos nos tratamentos de saúde, na produção de produtos de limpeza e higiene, etc.

A intersetorialidade presente no conceito de SAN remete à idéia de que para sua consubstanciação devem compô-la distintas áreas de interesses orientadas, nos seus misteres, pelo significado de Segurança Alimentar e Nutricional.

Essa mesma condição remete, ainda, à idéia de que a condição de Segurança Alimentar e Nutricional pretendida se revela como um cenário em que, para sua construção, concorreram arranjos de políticas, programas e iniciativas desenvolvidas nas três esferas do Estado- central, regional e local-, na medida em que a própria organização do Estado prevê nas instâncias central, regional e local, instrumentos de competência executiva autônomos, porém, encadeados de modo a inibir conflitos de

contradição na operação entre eles, numa indiscutível assunção de que as questões objeto das políticas públicas, independente da natureza delas, carregam consigo distintas dimensões relacionadas, tanto isolada quanto conjuntamente, às atribuições de cada uma das esferas de governo(Gomes Júnior, 2007)

Esse desenho de políticas que se desdobram em ações concomitantes, organizadas em cada um dos três níveis de governo, remete à idéia de que existem determinadas questões cuja natureza complexa demanda para sua solução intervenções também complexas. A essa característica, tanto dos problemas quanto dos instrumentos necessários à sua solução, chama-se de transescalaridade.

A recém aprovada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional(LOSAN) que introduziu a constituição do Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional(SISAN), articulado nos três níveis de governo, reúne as condições para atender adequadamente a essa demanda.

Nesse contexto é que o SISAN deve incorporar nas suas metas de promoção da educação alimentar e para o consumo, as dimensões identificadas no âmbito da agricultura familiar, tratando-as como elemento estratégico na construção da SAN na sociedade.(Gomes Junior, idem)

Assim, às iniciativas de apoio à produção e comercialização já existentes, em nossa opinião, deveriam somar-se outras que tivessem no sítio familiar um ponto de partida para difusão de práticas saudáveis de alimentação, manejos amistosos com o meio ambiente, arranjos coletivos de produção e convivência. Para isso, o SISAN deveria contemplar a articulação de incentivos e apoios que permitissem a difusão desses arranjos de valores nas redes de educação, de saúde pública, em campanhas nacionais por uma alimentação mais saudável entre outras. O espaço da agricultura familiar, para além da sua importância na

composição da oferta de alimentos tradicionais, nesse mundo de efemeridades e mercantilização das necessidades básicas, pode representar, se tratado com a importância devida pelas autoridades, um novo e resistente aliado para a consecução no Brasil, do Direito Humano à Alimentação .

Referências Bibliográficas

LAMARCHE, Hugues(coord) *A Agricultura Familiar*; Ed. UNICAMP,1993

GALVÃO, Cláudia. *A et alii; Produtos da Agricultura Familiar nordestina e redes de comercialização solidária no Distrito Federal*; Cadernos CEAM/NEAGRI/UNB, ano V nº21,08/2005,45-62.

SABOURIN, E; *Mudanças Sociais, organização dos produtores e intervenção externa*.In Caron, P Sabourin E(ed) *Camponeses do Sertão.As mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil*; Brasília, Embrapa-Sct,Cirad,2003,145-178

SABOURIN, E; *Organizações Formais e dispositivos coletivos dos agricultores familiares no Nordeste*. IN Cadernos CEAM/NEAGRI/UnB, ano V,nº 23,01/2006

SCHNEIDER, S; *A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro*. In Cadernos CEAM/NEAGRI/UnB, ano V,nº17,02/2005

CARNEIRO, M.J.e MALUF, R.S.:(org) *Para além da produção. Multifuncionalidade e Agricultur Familiar.RJ/Brasília,Mauad/CPDA-UFRRJ/NEAD,2003*

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A natureza do espaço fragmentado*, in SANTOS, Milton, SOUZA, Maria Adélia, SILVEIRA, Maria Laura(org), *Território Globalização e Fragmentação*; Hucitec, SP, 1996.

DOYAL, Lene; GOUGH,Ian. *A teory of human need*. London Macmillan, 1991

DRÈZE, Jean e SEN, Amartya. *Hunger and Public Action*; Clarendon, 2002.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. In: SANTOS, Milton; DE SOUZA, M. Adélia; SILVEIRA, M. Laura (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1996.

FROMM, Erich. *O medo a liberdade*, LTC,RJ,1983

GEORGE,Susan. *O Mercado da Fome*; Paz e Terra,1978

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*; Jorge Zahar Editor, RJ, 2002 .

GOMES JUNIOR, Newton N.; *Segurança Alimentar e Nutricional como Princípio Orientador de Políticas Públicas no Contexto das Necessidades Humanas Básicas*. Tese de doutorado PPGPS/SER/UnB,2007

GOMES, Newton N. *Pobreza, desnutrição e segurança alimentar: tentando novo diálogo a partir do conceito de necessidades humanas básicas*. Revista Ser Social nº 18, UnB 2006

GOUGH, Ian. What are human need? In: Franklin, Jane.(ed.) *Social policy and social justice*. Cambridge Polity Press 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. *Necessidades Humanas*, Cortez, SP, 2000.

PESSANHA, Lavínia D. R. *Segurança alimentar como princípio orientador de políticas públicas: implicações para o caso brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: 1998. Originalmente apresentado como tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

PISÓN, José Martinez. *Política de bienestar: um estudio sobre lo derechos sociales*, Editorial Tecnos, Madrid, 1998.

SEN, Amartya e DRÈZE,Jean; *Omnibus*. Oxford University Press, 1979.

SENNET, Richard. *A Corrosão do Caráter*; Record, SP, 2004.

envolvimento, fome e segurança alimentar. In: GALEAZZI, Maria Antonia M. (Org.). *Segurança alimentar e cidadania: a contribuição das universidades paulistas*. Ed. O Mercado de Letras, 1996.

VALENTE, Flávio L.S. *O Direito Humano à Alimentação*;Cortez,2002